

Quarto de despejo, diário de (re)existência: escrita e memória em Carolina Maria de Jesus

Quarto de despejo, diary of (re)existence: writing and memory in Carolina Maria de Jesus

Elisangela Gonzaga Boggione

 <https://orcid.org/0000-0002-5066-5858>

Adriano Roberto Afonso do Nascimento

 <https://orcid.org/0000-0002-7752-0114>

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Resumo

A presente pesquisa teve por objetivo principal analisar, a partir das contribuições dos estudos em Memória Social de Maurice Halbwachs e das questões que envolvem o feminino na sociedade brasileira, a construção do relato memorialístico na obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, da escritora Carolina Maria de Jesus. A pesquisa, de cunho qualitativo e documental, apresentou resultados que foram obtidos por meio da Análise de Conteúdo e abordou o sentido que a leitura e a escrita tiveram na vida de Carolina Maria de Jesus, além da relação de sua escrita com questões psicossociais diversas, entre elas, a fome e a violência. A autobiografia de Carolina evocou memórias de re(existência) de um passado patriarcal, classista e colonialista, que se conecta com o tempo presente, apontando para o compromisso social de reestruturá-lo.

Palavras-chaves: quarto de despejo; Carolina Maria de Jesus; leitura e escrita; fome; violências.

Abstract

The main objective of this research was to analyze, based on the contributions of Maurice Halbwach's studies in Social Memory and issues involving the feminine in Brazilian society, the construction of the memoir report in the book *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, by the writer Carolina Maria de Jesus. The re-search, with a qualitative and documentary nature, presented results that were obtained through Content Analysis and addressed the meaning that reading and writing had in the life of Carolina Maria de Jesus, as well as the relationship between her writing and various psychosocial issues, including hunger and violence. Carolina's autobiography evoked memories of the re(existence) of a patriarchal, classist and colonialist past, which connects with the present time, pointing to the social commitment to restructuring it.

Keywords: quarto de despejo; Carolina Maria de Jesus; reading and writing; hunger; violence.

Em março de 1914, na cidade de Sacramento, Minas Gerais, nascia Carolina Maria de Jesus, uma mulher que, mais tarde, se transformaria em uma escritora reconhecida tanto na literatura brasileira quanto estrangeira. Carolina trouxe, por meio da escrita, suas vivências de mulher e mãe, sua experiência e luta na favela, na Grande São Paulo.

Bitita, como era chamada por seus familiares, desde cedo, foi uma criança curiosa e questionadora, características que a acompanharam até a vida adulta. Quando criança, frequentou apenas os dois primeiros anos do ensino fundamental, não podendo prosseguir com seus estudos. Desde muito jovem, buscou formas de contribuir no sustento de sua família. Nas fazendas, trabalhou na lavoura, foi cozinheira, “empregada doméstica (...) conjugando etapas de emprego com papéis gratuitos em circos baratos; vendedora ambulante de bebidas em esquinas; limpadora de longos corredores de hospitais e hotéis” (Meihy, 1996, p. 15), catadora de papel e, nas poucas horas que lhe restavam, em sua grande parte, ao final da noite, escrevia.

Sua relação com a leitura e a escrita era bastante intimista e, desde a infância, interessava-se por livros. Apesar de não os ter em sua casa, esse não foi um obstáculo, pois recorria a empréstimos com vizinhos. Leitora no quarto dos fundos, como mencionado por Marisa Lajolo (2020), ainda que em condições restritas de acesso à leitura, Carolina era ávida por livros e não ficava um dia sequer sem ler. Sua outra paixão era escrever. Sonhava ser escritora. Escrevia em seus diários (papéis de pão e folhas de caderno encontradas nas ruas) as cotidianidades de sua vida na favela, a dor da fome e a angústia de perceber seus filhos em condições precárias. Assim, “Carolina se reconhecia pela narrativa, pelo desafio em ultrapassar pela palavra o obstáculo entre sua vida e a realidade sufocante da favela. Escrever para esquecer a fome, a dor, a miséria. Escrever para suspender temporariamente a ordem do trágico” (Magnabosco, 2016, p. 60). Além de sua escrita no diário, Carolina escrevia músicas, poesia e ficção, que eram maneiras de exprimir seus sentimentos, emoções e seu modo de enxergar e estar no mundo.

De alguns de seus diários nasceu o livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, publicado no ano de 1960, traduzido para, aproximadamente, treze idiomas e distribuído em quarenta países, chegando a vender noventa mil exemplares (Meihy, 1996). Carolina, no próprio livro, relata que a ideia do título surgiu em 1948, quando a habitação coletiva em que morava foi demolida para ceder lugar a prédios e edifícios. Assim, a favela seria um quarto de despejo dos pobres (Jesus, 2014). Carolina, no ano de 1947, quando chegou à favela do Canindé, já sentia essa clara e dura diferença, tanto que, em suas palavras, São Paulo, mais especificamente o Palácio, era a sala de visitas da cidade, e a favela, o quarto de despejo (Jesus, 2014). O quarto onde é jogado tudo que não serve (que nunca serviu), o quarto que não cabe (ou que não combina) com os arranha-céus que ficam nos arredores, o quarto em que está tudo aquilo (todas aquelas/aqueles) que é consi-

derado socialmente disfuncional.

Aos 63 anos, “pobre e sem poesia” (Meihy, 1996, p.33), Carolina faleceu. A morte, contudo, não roubou sua figura e seus poemas: “a antologia que ela própria preparou é um beijo de um passado brasileiro que nunca passou” (Meihy, 1996, p.33). Carolina Maria de Jesus faleceu na cidade de Parelheiros, São Paulo, em um sítio que ela própria comprou. Antes de falecer, alguns pedidos foram feitos por ela em carta deixada à sua filha: preservar o sítio, recuperar seus manuscritos que estavam espalhados e lutar pela preservação de sua memória.

Escrita e memória de mulheres

É notório que a escrita de Carolina, sobretudo em Quarto de despejo (ainda que não fosse essa totalmente a sua intenção), representou e representa, também, um ato político. Por meio das memórias pessoais de Carolina trazidas na obra, é possível perceber a memória coletiva circunscrita naquele tempo da história, a partir de sua perspectiva enquanto mulher, negra e periférica. Embora delimitada pela subjetividade, a memória individual, para Halbwachs (2023), é mediada por estruturas sociais e coletivas¹ que a moldam, não se estabelecendo de modo isolado ou unicamente individual, isso porque, “nunca estamos sós” (Halbwachs, 2006, p.30). Desse modo, ao compartilhar suas memórias, Carolina evoca aspectos que estão para além de sua memória pessoal, ao revelar condições vividas por uma coletividade, marcada pela fome, racismo, sexismo e marginalização, tornando reflexo de uma memória social mais ampla.

Em uma breve digressão histórica, até que as mulheres chegassem ao esperado lugar de narrarem suas próprias histórias, muitos caminhos foram interditos, a começar pelo acesso à leitura. Referimo-nos, aqui, à leitura que poderia promover criticidade, pois, algumas obras consideradas inócuas, como os romances de M. Delly² publicados no Brasil nas décadas de 1930 a 1960, eram colocados ao alcance de algumas mulheres, geralmente de classe média. Porém de inócuas nada tinham, a partir do momento que doutrinavam. Do outro lado, mulheres não pertencentes à classe média, ao estarem fora do espaço privado em função do trabalho, nem sempre tinham acesso à leitura.

Em relação à escrita, durante longos séculos, as mulheres também se depa-

¹ O indivíduo recorda a partir de um quadro, de estruturas sociais que o envolvem. Com isso, é importante considerar as referências sociais como valores, tradições e linguagem. Para Halbwachs (2023, p.9), “pode-se afirmar igualmente que o indivíduo se lembra ao adotar a perspectiva do grupo e que a memória do grupo se concretiza e se manifesta nas memórias individuais”.

² M. Delly – “Trata-se, no entanto, do pseudônimo de um casal de irmãos franceses, católicos fervorosos que se chamavam Frédéric Henri Petitjean de La Rosière (1870-1949) e Jeanne-Marie Henriette Petitjean de La Rosière (1875-1947) (...) seus enredos seguiam uma estrutura bem definida: o herói (nobre e rico) e a heroína (plebeia e pobre) como núcleo problemático no início. Mas, ao final, se encontrando no casamento feliz: um eco da moral dos contos de fadas” (Cunha, 1999, p. 17). Tratava-se de uma coleção de romances com histórias centradas em mulheres, ambientados na França, e que logo adiante foram publicados no Brasil, pela Companhia Editora Nacional, na coleção Biblioteca das Moças e distribuídos para venda em todo o país.

raram com muitos entraves (Perrot, 2019; Telles, 2022; Woolf, 2014). Contudo, desde sempre foram artesãs de sua escrita, ainda que nos bastidores. No Século XVIII, muito do que as mulheres podiam escrever, de certa forma, endossava a norma patriarcal. Por exemplo, a escrita de receitas culinárias, instruções de como manter a ordem da casa (Tedeschi, 2016) e, mais adiante, os diários e as cartas. Contudo, tanto as cartas quanto os diários “não são gêneros especificamente femininos, mas se tornam mais adequados às mulheres justamente por seu caráter privado” (Perrot, 2019, p. 28). Logo, a escrita era algo que pertencia ao campo do poder, da classe dominante e hegemônica, daqueles que podiam falar. “As mulheres, sem dúvida, participaram/participam da produção histórica e literária, mas pela porta dos fundos, assim como em todos os setores da vida produtiva e ativa das sociedades” (Tedeschi, 2016, p. 154, grifo do autor).

Anterior a esse caminho de as mulheres escreverem suas histórias, havia, pois, a necessidade de se inscreverem como sujeitos de sua própria história. Possibilidade complexa em uma sociedade marcada por opressões e sexismo. Como aponta Norma Telles (2022), as mulheres “ficavam trancadas, fechadas dentro das casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos, senhores” (p. 408). Até a chegada desse momento de se inscrever e escrever sua história, as mulheres foram objetos de estudo na autoria de muitos homens (Perrot, 2019; Woolf, 2014) e, por vezes, na tentativa de publicar seus textos e subverter essa história, algumas mulheres usavam de pseudônimos masculinos com o intuito de ocultarem sua identidade, para então conseguirem publicar e terem, por parte do público leitor/editor, a aceitação de seus textos (Telles, 2022). Para além dos pseudônimos, uma outra situação bastante comum de se encontrar eram mulheres, esposas de escritores, que se tornavam apêndices de seus companheiros (Montero, 2004). Todo o trabalho criativo literário era de suas companheiras, mas a publicação e o mérito eram deles. As mulheres atuavam, portanto, nos bastidores, não sendo reconhecidas pelo seu ofício. Desse modo, inscrever-se na história e narrá-la foi algo pungente para todas as mulheres, embora para cada uma tivesse ressoado de um modo particular. Escrever foi e é algo que possibilita a muitas mulheres subjetivarem um passado de desigualdades que ainda se faz presente.

Quando as mulheres tentaram romper com esse silêncio e começaram a ser vistas fora do espaço privado, geralmente manifestando seus direitos de mães e donas de casa, foram consideradas histéricas, megeras, de atitudes masculinizadas, suscetíveis de paixão, de nervosismo, de violência e mesmo de selvageria (Perrot, 2019). Mencionamos, aqui, os primeiros movimentos sociais de mulheres. Contudo, passados longos séculos, ainda se percebem atos como esses. Carolina, destemida e questionadora, muitas vezes manifestava suas opiniões e era considerada por seus vizinhos como mulher de temperamento forte, intrometida e língua de fogo, para alguns (Jesus, 2015). Sua voz repercutia e isso era visto, em muitos momentos, como algo ameaçador.

Rememora-se, então, um passado histórico de silenciamento e invisibilidade, em que o trabalho intelectual da mulher não era priorizado, nem valorizado. Tal assertiva dialoga com a crítica tecida por Michelle Perrot (1989, p.9) de que “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues”. Metaforicamente, é possível associar o teatro ao espaço histórico e social em que as histórias eram registradas e lembradas, mas que as mulheres, frequentemente, ocupavam papéis secundários ou invisíveis. Nessa direção, Perrot (1989) aponta para uma invisibilidade das mulheres nos registros oficiais da história. Paralelamente, sabemos que a memória coletiva se organiza dentro de quadros sociais (Halbwachs, 2023) e que podem sofrer influências das estruturas de poder. Com isso, a invisibilidade apontada por Perrot, evidencia o que Sá & Castro (2002, p.250), defenderam: “é necessário, ainda, relacionar a questão do esquecimento e da memória social com os jogos de poder [...] algo como um acordo implícito que atingirá memória e esquecimento sociais na definição das valências que determinam o que deve ser guardado e o que deve ser esquecido”. Todavia, ainda que o cenário favorecesse o silenciamento da mulher e o fortalecimento da classe dominante, ele não garantiu o contentamento das mulheres em continuarem na porta dos fundos. Assim, a conquista desse espaço começou a se tornar possível e as vozes silenciadas começaram a reverberar por vários espaços. Mas, o que essas vozes expressavam por meio da escrita?

Nos diários que deram origem ao livro Quarto de Despejo, por exemplo, há momentos de desabafo, uma perspectiva flagrante da escrita de Carolina, possibilidades reflexivas de sua própria vida, sentimentos e emoções expressos com liberdade. O diário é um “espaço onde o eu escapa momentaneamente à pressão social, se refugia protegido em uma bolha onde pode se abrir sem risco, antes de voltar mais leve ao mundo real” (Lejeune, 2008. p. 262, grifo do autor). Além de proporcionar desabafos, o diário carrega escritas do presente que possibilitam, a quem escreve, reencontrar no futuro elementos de seu passado, de sua memória. Assim, o diário é “um caderno no qual nos contamos – ou folhas que mandamos encadernar – é uma espécie de corpo simbólico que, ao contrário do corpo real, sobreviverá” (Lejeune, 2008. p. 264).

Como mencionamos, da reunião de alguns diários de Carolina nasceu seu livro autobiográfico Quarto de despejo. Nesse híbrido entre diário íntimo e autobiografia, Carolina reúne elementos pessoais e coletivos, trazendo na memória escrita, memórias vívidas de um passado que se faz presente e que, hoje, é compartilhado socialmente com um coletivo de pessoas.

A partir dessas questões, o objetivo principal dessa pesquisa³ foi analisar, a partir das contribuições dos estudos em Memória Social em Maurice Halbwachs e, das questões que envolvem o feminino na sociedade brasileira, a construção do relato memorialístico na obra Quarto de Despejo: diário de uma favelada, da

³ Essa pesquisa contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES).

escritora Carolina Maria de Jesus.

Caminhos metodológicos

Esta foi uma pesquisa de natureza qualitativa e documental, realizada a partir do documento autobiográfico *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, da escritora Carolina Maria de Jesus, 10a edição, publicado pela Editora Ática em 2014.

Considerando o objetivo proposto, o texto integral da obra foi submetido à Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). A análise foi dividida em três procedimentos: a) pré-análise: organização e leitura do material. O conteúdo do livro foi transcrito para uma planilha no Microsoft Office Excel 2019® e foram geradas 4.270 linhas, correspondentes aos registros de conteúdo da obra; b) exploração do material: foram realizados recortes ou excertos de cada linha contida na planilha. Em seguida, cada unidade de registro do corpus foi classificada com um tema, posteriormente agrupado em uma categoria. Tais categorias foram sistematizadas em tabelas, cada qual com suas respectivas subcategorias e quantidade de menções; c) tratamento dos resultados, inferências e interpretações: os resultados foram analisados, segundo os referenciais já mencionados (memória social a partir dos estudos de Maurice Halbwachs e aspectos relacionados ao feminino no Brasil).

Apresentamos a seguir, os resultados dessa análise.

Resultados

A análise de conteúdo do livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, gerou um total de 81 categorias. Cada categoria gerou uma quantidade específica de subcategorias, que foram transformadas em núcleos e apresentadas de forma sistematizada, por meio de tabelas. Nesse artigo, apresentaremos os núcleos "A leitura e a escrita" (Tabelas 1 e 2), "Subsistência" (trabalho, fome, Tabelas 3 e 4), e "Violência" (Tabela 5).

Tabela 1

Análise de Conteúdo - Categoria: Leitura

Leitura	
Subcategorias	Menções
Gêneros textuais	7
Gosto pela leitura	5
Tempos para leitura	4
Espaços para leitura	4
Outras respostas	3
Total:	23

Nesse recorte foi possível perceber que Carolina se interessava pela leitura de diferentes gêneros textuais (7 menções – Tabela 1). Fábulas, artigos, poemas e

contos eram encontrados por ela em livros, jornais e revistas. Tais conhecimentos provenientes desses meios, em alguns momentos, eram compartilhados com outras pessoas: “Li o jornal para as mulheres da favela ouvir” (Jesus, 2014, p. 60). Um outro tipo de leitura aqui também se percebe. Trata-se de sua leitura de mundo. Carolina procurava se inteirar de assuntos diversos, como política e economia. Em vários momentos, indignava-se com o que ouvia e lia:

Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto e prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando esse grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo (Jesus, 2014, p. 38).

Seu gosto pela leitura (5 menções – Tabela 1) era um aspecto que fazia questão de externar: “Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler” (Jesus, 2014, p. 26). Carolina tinha admiração e reverência por livros e afirmava que “o livro é a melhor invenção do homem” (Jesus, 2014, p. 24). Também se faziam diversos os tempos para leitura (4 menções – Tabela 1). Em alguns momentos, o ato de ler ocorria após as tarefas domésticas, após as refeições, após sua chegada do trabalho e à noite, pela tranquilidade que o silêncio lhe proporcionava: “Quando cheguei em casa era 22:30. Liguei o rádio. Tomei banho. Esquentei a comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler” (Jesus, 2014, p. 24). Assim, mesmo com a escassez de tempo livre, a leitura era algo que Carolina prezava. Já em relação aos espaços para a leitura (4 menções – Tabela 1), estes se espalhavam pela cidade: faixas presentes nas ruas, manchetes de jornais em bancas de revistas. Carolina, porém, tinha sua preferência: gostava de ler em casa e quando estava sozinha: “aproveitei a minha calma interior para eu ler. Peguei uma revista e sentei no capim, recebendo os raios solar para aquecer-me” (Jesus, 2014, p. 12).

Assim, mesmo diante de suas dificuldades diárias para a realização da leitura, Carolina prosseguia em busca de concretizar seu sonho de ser escritora.

Tabela 2

Análise de Conteúdo - Categoria: Escrita

Escrita	
Subcategorias	Menções
Tempos para escrita	41
Gêneros textuais	21
Escrita interrompida/adiada	13
Espaços para a escrita	8
Outras Respostas	3
Total:	86

O tema Tempos para escrita (41 menções – Tabela 2) sinaliza uma temporalidade, que se fazia plural na escrita de Carolina. Tratava-se de uma escrita que ocorria, em sua grande parte, entre as tarefas domésticas e o trabalho externo,

como exposto por ela: “cheguei em casa, fiz o almoço. Enquanto as panelas fervia eu escrevi um pouco” (Jesus, 2014, p. 19). Esse tempo também se refere ao período do dia, bem como às condições climáticas em que ocorria a escrita. Carolina escrevia durante o dia quando preparava a refeição, à noite quando o silêncio era maior e seus filhos estavam dormindo, ou quando os vizinhos não estavam em contenda, quando chovia e não podia sair para trabalhar, de madrugada quando sentia insônia ou se levantava com o desejo de escrever. “Eu gosto da noite, só para contemplar as estrelas cintilantes, ler e escrever. Durante a noite há mais silêncio” (Jesus, 2014, p. 37). Assim, ainda que estivesse cansada pela rotina diária, sempre procurava um tempo para escrever.

A dimensão temporal também se demonstra como marcador emocional de Carolina no momento da escrita. Carolina escrevia quando estava feliz, com raiva, aborrecida, nervosa, inconformada:

As quatro horas comecei a escrever. Quando eu desperto custo a adormecer. Fico pensando na vida atribulada e pensando nas palavras do Frei Luiz que nos diz para sermos humildes. Penso: se o Frei Luiz fosse casado e tivesse filhos e ganhasse salário mínimo, aí eu queria ver se o Frei Luiz era humilde (Jesus, 2014, pp. 85-86).

A vida atribulada que sofria pelas dificuldades diárias, sobretudo pela falta de alimentos, era algo que também fazia parte das inúmeras linhas que compunham seus cadernos. “Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia” (Jesus, 2014, p. 195).

A escrita, portanto, era algo intrínseco à Carolina, não havendo, assim, um tempo específico para que ocorresse. Esses três tempos citados se articulam em sua escrita. Um tempo que, pelas circunstâncias diárias, não a permitia planejar. Apesar de se sentir incomodada pela ausência de um tempo só seu para que sua escrita pudesse ser desenvolvida, Carolina se organizava como podia, pois seu desejo pela escrita era algo que a movia, ainda que se deparasse com as dificuldades diárias para escrever.

Assim como na leitura, um tema a ser considerado nessa categoria são os gêneros textuais (21 menções – Tabela 2) presentes na escrita de Carolina: diário, cartas, bilhetes, poesias/versos; peças circenses, prosa de ficção. Muitas reflexões de Carolina aparecem em versos: “Não pensas que vais conseguir/ o meu afeto novamente/ o meu ódio vai evoluir/ criar raízes e dar sementes (p. 159) ou “Alguns homens em São Paulo/ andam todos carimbados/ traz um letreiro nas costas/ dizendo onde é empregado” (Jesus, 2014, p. 121). Mais tarde, alguns de seus versos se tornaram letras de músicas.

Por várias vezes, Carolina tinha sua escrita interrompida/adiada (13 menções – Tabela 2), ora pelas demandas dos filhos, por alguém que a chamava, ora pela discussão dos vizinhos, situação esta que a incomodava: “Era 1 hora quando eu ia recomçar escrever. O senhor Alexandre começou a bater na sua esposa” (Jesus, 2014, p. 96). Quando Carolina percebia tal situação, interrompia a sua escrita e

interferia. Isso contribuiu para que ela não fosse benquista por alguns vizinhos. Assim como o tempo, os espaços para escrita (8 menções – Tabela 2) também se faziam plurais. Não havia um local específico para que sua escrita fosse realizada, apesar de este ser um de seus desejos. “Eu ganhei umas tábuas e vou fazer um quartinho para eu escrever e guardar meus livros” (Jesus, 2014, p. 86). Por vezes, sua escrita acontecia na calçada, no quintal, em sua cama.

Tabela 3

Análise de Conteúdo - Categoria: Trabalho

Trabalho	
Subcategorias	Menções
Trabalho externo	129
Trabalho interno	115
Não trabalhou	12
Trabalho intenso	11
Reflexões sobre o trabalho	4
Trabalho e a escrita	3
Infelicidade com o trabalho	3
Outras respostas	2
Total:	279

Carolina, mãe solo, não contava com a ajuda financeira dos pais de seus filhos, exceto o pai de sua filha que, às vezes, contribuía com alguma quantia em dinheiro. Desse modo, ficava a cargo dela o sustento de sua família. Seu trabalho era algo que lhe exigia muito esforço físico, além das atribuições domésticas. O trabalho externo (129 menções – Tabela 3) era aquele que Carolina executava na rua, como catar materiais recicláveis para a venda, por exemplo, papéis, ferros, latas, garrafas e tábuas. Já o trabalho interno (115 menções – Tabela 3) se referia às atividades domésticas que Carolina executava, como limpar o barracão, lavar roupas no rio e buscar água. Buscar água era uma tarefa que, embora doméstica, ocorria em âmbito externo, fora da casa. “Fui buscar água e a fila já estava enorme. Que coisa horrível é ficar na torneira. Sai briga ou alguém quer saber a vida dos outros” (Jesus, 2014, p. 91). Carolina fazia esse circuito todos os dias pela manhã. Dirigia-se à torneira e enfrentava fila até que chegasse sua vez.

Uma ocorrência incomum era o não trabalho (12 menções – Tabela 3). Tal situação ocorria quando não se sentia bem, quando seus filhos estavam doentes ou quando a chuva a impedia de trabalhar. Diante desse cenário, as incertezas financeiras aumentavam ainda mais. “Hoje eu não vou sair porque os filhos ainda estão doentes. As quatro da manhã a Vera começou tussir. Levantei e fiz um mingau de fubá para ela” (Jesus, 2014, p. 168). Os trabalhos externos e internos demonstram uma dupla jornada, em grande parte, sob condições insalubres e nem sempre garantindo o básico para sua subsistência.

Algumas situações envolvendo o mal-estar de Carolina se referiam ao tra-

balho intenso (11 menções – Tabela 3) que realizava. “Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins” (Jesus, 2014, p. 42). Por várias vezes, começava a catar papel pela manhã e terminava à meia-noite. Se sentia fragilizada fisicamente e, nem sempre, tinha dinheiro para comprar um café na rua.

Carolina refletia sobre o trabalho (4 menções – Tabela 3) e sobre a possibilidade dele ter sentidos diferentes para cada pessoa.

As pessoas de mais idade trabalham, os jovens é que renegam o trabalho. Tem as mães, que catam frutas e legumes nas feiras. Tem as igrejas que dá pão. Tem o São Francisco que todos os meses dá mantimentos, café, sabão, etc. (Jesus, 2014, p. 19).

Reconhecia o seu esforço e a necessidade de trabalhar sem esperar auxílio de outras pessoas.

Carolina ficava dividida entre o trabalho e a escrita (3 menções – Tabela 3). “Estou desorientada, sem saber o que iniciar. Quero escrever, quero trabalhar, quero lavar roupa” (Jesus, 2014, p. 45). O querer trabalhar com a cata de papel talvez ressoasse mais com a necessidade do que com o desejo, diferentemente da escrita, que significava um momento de prazer. Seu tempo era bastante escasso e a maior parte dele passava na rua, trabalhando.

Ainda que houvesse infelicidade com o trabalho (3 menções – Tabela 3), Carolina permanecia pensando sempre em sua família. Esta era uma das coisas que a motivava a prosseguir.

Tabela 4

Análise de Conteúdo - Categoria: Fome

Fome	
Subcategorias	Menções
Fome	46
Reflexões sobre a fome	22
Outras respostas	4
Total:	72

A preocupação com sua subsistência e de sua família era um fator que a desgastava e até mesmo a entristecia. Isso porque vivia todos os seus dias em meio às incertezas do que poderia acontecer. Carolina conheceu a fome (46 menções – Tabela 4) de perto e, por isso, a descreveu de diversas maneiras. Era, para ela, uma realidade que a torturava, a pior das enfermidades, a pior coisa do mundo, a escravidão atual e uma situação crítica que fazia tudo ficar amarelo. “Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo via tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos” (Jesus, 2014, p. 44). As reflexões sobre a fome (22 menções – Tabela 4) eram uma constante na vida de Carolina que, em vários momentos, tecia analogias entre fome e política, fome e álcool, fome e favela, fome e crença religiosa, fome e inverno, fome e pobreza, fome e Brasil. “O Brasil

precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome” (Jesus, 2014, p. 29).

Tabela 5

Análise de Conteúdo - Categoria: Violências

Violências	
Subcategorias	Menções
Agressividade e violência	72
Brigas entre vizinhos	45
Insultos	32
Armas	15
Crianças expostas a situações impróprias	14
Abusos	3
Contra a violência	3
Outras respostas	3
Total:	187

Carolina era constantemente impactada pelas violências que presenciava entre seus vizinhos. De perfil mais reservado, não tinha hábito de frequentar as casas de seus vizinhos, tampouco de incomodá-los. Contudo, quando se tratava de agressividade e violência (72 menções – Tabela 5) entre eles, intervinha. “Só interfiro-me nas brigas onde prevejo um crime” (Jesus, 2014, p. 38). As brigas entre vizinhos (45 menções – Tabela 5) eram frequentes. Tratava-se de discussões, que ora se apaziguavam, ora caminhavam para a agressividade e, até mesmo, para a violência em vias de fato. Eram recorrentes as brigas envolvendo casais, resultando em agressões contra a mulher. “Em um minuto a notícia circulou que um homem estava matando a mulher. Ele deu-lhe com um ferro na cabeça. O sangue jorrava” (Jesus, 2014, p. 184). Os conflitos também aconteciam entre familiares, homens, mulheres e os motivos eram diversos, entre eles, o alcoolismo.

A intervenção de Carolina ocorria por meio de comunicação à polícia e, até mesmo, em alguns momentos, por meio de conversas e aconselhamentos aos seus vizinhos. Entretanto, tais intervenções não eram bem recebidas por eles que viam nessa ação uma certa intromissão. “Você chamou a Radio Patrulha para mim. Negra fidida! Mas você me paga!” (Jesus, 2014, p. 97). Após os conflitos, o desconforto permanecia, e Carolina, muitas vezes, era ameaçada. Contudo, isso não a impedia de continuar intervindo quando julgava necessário. Mesmo em momentos de descontração, como nas partidas de futebol, a interação terminava em agressão e violência.

As violências eram de natureza física, psicológica e até mesmo patrimonial. As brigas, agressividades e violências também aconteciam, ainda que não muito frequente, dos vizinhos para com Carolina. “(...) deu-me 5 canivetadas em 1952” (Jesus, 2014, p. 95). Por outro lado, como já mencionado, Carolina reagia quando o assunto era defender seus filhos. Incomodava-se em saber que estavam crescendo em meio a essas violências.

Constantemente, Carolina se deparava com uma sucessão de insultos (32 menções – Tabela 5) vindos de seus vizinhos e até mesmo de pessoas desconhecidas. “Quando eu cheguei ele começou insultar-me: - negra suja. Ordinária. Vagabunda. Lixeira” (Jesus, 2014, p. 98). Por vezes, também relatava presenciar insultos direcionados a outras pessoas, geralmente, pessoas pobres e negras.

Em situações de violência física, os vizinhos combativos se muniam de armas (15 menções – Tabela 5) como facas, paus, vidros, ferros, pedras, vassoura e até mesmo revólver.

Carolina se preocupava não somente com suas crianças vivendo nesse contexto de violência, mas também com as outras crianças da favela. Indignava-se ao perceber crianças expostas a situações impróprias (14 menções – Tabela 5) e inadequadas à idade, como cenas de sexo, falas pornográficas e nudez de mulheres em brigas de casais. Alguns relatos de abuso (3 menções), também uma forma de violência, foram observados. “Fui carregar água. Não tinha ninguém. Só eu e a filha do T., a mulher que fica grávida e ninguém sabe quem é o pai de seus filhos. Ela diz que os seus filhos são filhos de seu pai” (Jesus, 2014, p. 141).

Revoltada com as situações quotidianas, com todos os tipos de violências presenciadas e, contribuindo de alguma forma para pacificá-las, Carolina se posicionava contra a violência (3 menções – Tabela 5). “Eu penso que a violência não resolve nada” (Jesus, 2014, p. 51).

Discussão dos resultados

Após apresentarmos um recorte dos resultados obtidos por meio da Análise de Conteúdo, apontaremos a reflexão realizada acerca do relato memorialístico de Carolina Maria de Jesus, em Quarto de despejo, alicerçados nos pressupostos teóricos já mencionados.

A leitura e a escrita em Carolina Maria de Jesus

A partir da descrição dos resultados, especificamente do núcleo A leitura e a escrita (Tabelas 1 e 2), foi possível perceber a leitura e a escrita como um alicerce para a produção intelectual de Carolina. A leitura e a escrita promoviam um sentido de vida à Carolina. Acreditamos que, além de um registro temporal que a escrita de seu diário lhe conferia, ela também se valia dela como ferramenta para lidar com as situações e frustrações cotidianas, além de projetar seus sonhos e desejos. A escrita é dor, mas é também leveza! Escrever representava aplacar o impacto de dias dolorosos, tristezas, preocupações e desilusões diárias. Representava, também, o registro de bons momentos e a esperança de dias felizes. Um “exercício de subjetividade”, uma “saída de emergência” (Hansen, 2020, p.23). A escrita era um instrumento de importância e valor para Carolina, que a utilizava nos mais diversos momentos de sua vida.

Na seara literária, escritoras como Marguerite Duras (2021) e Virgínia Woolf (2014) defendiam a existência de um espaço que minimamente permitisse a tranquilidade para que uma escrita acontecesse, além de um tempo de solidão, ou, em outras palavras, um tempo só seu. É sabido que esse espaço, durante muito tempo, foi (é) negado às mulheres, uma vez que dedicavam grande parte do seu tempo à família e/ou às tarefas domésticas. Decerto, Duras e Woolf tinham (têm) razão, pois um espaço para a escrita, assim como um momento individual, seria (é) o ideal. Contudo, essa possibilidade é longínqua para muitas mulheres, sobretudo para aquelas que não fazem parte de uma classe social que possibilite um quarto só seu. Glória Anzaldúa (2000), em carta às escritoras do terceiro mundo, defende que:

Esqueça o quarto só para si – escreva na cozinha, tranque-se no banheiro. Escreva no ônibus ou na fila da previdência social, no trabalho ou durante as refeições, entre o dormir e o acordar [...] quando estiver deprimida, brava, machucada, quando for possuída por compaixão e amor. Quando não tiver outra saída senão escrever (p. 233).

De fato, Carolina não tinha tantas saídas, senão escrever. Entretanto, assim como outras escritoras, Carolina também demonstrou sentir falta de um espaço que lhe oferecesse mais tranquilidade para que pudesse escrever. Contudo, o que lhe restou foi um quarto de despejo. Como apontam os resultados, escrevia quando e onde podia, sendo interrompida pelos vizinhos em conflito, filhos e até mesmo pela chuva, pernilongos e pulgas que adentravam seu espaço. Carolina não tinha um espaço de escrita que pudesse chamar de seu. Além disso, os dois cômodos que habitava eram compartilhados com seus três filhos. Ainda na concepção de Woolf (2014), além de um teto todo seu, a mulher precisaria de dinheiro para escrever. Uma perspectiva, novamente, longínqua para Carolina, pois o dinheiro que recebia da venda de papéis se destinava à compra de alimentos e, ainda assim, não era suficiente. Se não era suficiente para as suas necessidades básicas, tampouco seria para arcar com os custos de uma publicação de uma editora, ainda que ser escritora fosse seu desejo.

Assim como a ausência de um espaço físico apropriado, Carolina também não desfrutava de um tempo privado. Embora essa possibilidade fosse distante, sua determinação em escrever permitia com que fizesse, mesmo em meio a tantas dificuldades, seu tempo e espaço, pois, para ela, escrever era uma escolha inegociável. Mais adiante, essa situação, em parte, modificou-se e Carolina adquiriu sua casa de alvenaria. Contudo,

a posse desta não lhe facilitou a atividade de escritora, como previam Woolf e também ela. Apenas retirou-lhe o rótulo, a marca diferencial que o mercado editorial e a mídia lhe atribuíam, que provinham do fato de residir na favela, condenando-a ao ostracismo (Coronel, 2016, p. 149).

Entretanto, Carolina ainda permaneceu no imaginário social como a escritora favelada ou ex-favelada, para alguns, indicando, assim, um ancoramento social desse rótulo por um longo tempo. Esse ancoramento, de certo modo, contribui para sedimentar formas de lembrança coletiva, reforçando estigmas. Contudo, partindo do princípio de que a memória tem seu caráter de reconstrução (Halbwachs, 2023), é fundamental contestar, problematizar esses lugares cristalizados e socialmente impostos.

Anterior à década de 1960, escrever e publicar não era uma realidade comum entre as mulheres. Como já é sabido, era um espaço interditado, ficando a escrita de mulheres restrita aos espaços do privado (Perrot, 2019). Já na década de 1960, no Brasil, a realidade começa a se modificar e é percebida a presença de algumas escritoras, como Cecília Meireles, Clarice Lispector, Adelaide Carraro, Henriqueta Lisboa, Lygia Fagundes Telles, Cora Coralina, Nélida Piñon, Maria Alice Barroso, Olga Savary (Lajolo, 2020). Todas são exemplos de mulheres que marcaram a história literária brasileira, abrindo caminhos para tantas outras mulheres. Também na década de 1960, havia Carolina Maria de Jesus, porém ela não ocupava o mesmo lugar social que as referidas escritoras.

Carolina esbarrou em entraves que não se restringiram apenas às dificuldades na publicação de seu livro, mas também à sua circulação. A escrita de Carolina, por muitas vezes, foi rechaçada, considerada fora dos padrões gramaticais e ortográficos da língua portuguesa, como em seus textos notas que esclarecem a presença de erros atribuindo-os à responsabilidade da autora. Uma escrita que não despertava nem representava os interesses do cânone brasileiro e que encontrou dificuldades de ser reconhecida em seu valor literário (Bergamini, 2020; Carrijo & Santos, 2012; Coronel, 2014; Rosa & Silva, 2020; Tirloni & Marinho, 2014). Para Eliane Silva (2016),

Ao contrário do que prega o modelo de escrita feminina, Carolina escreve de maneira direta, sem rodeios e a beleza de sua escrita surge justamente dessa posição, que alia poesia e subjetividade para lidar com a realidade dura que vivencia, sem tentar escamoteá-la (p. 126).

Ademais, “a condição de denunciadora, em Carolina, mescla, além da capacidade de expressão, um conhecimento histórico imediato que a tornava mais perigosa que os outros” (Godinho, 2015, p. 148, grifo do autor). Logo, partindo do princípio de que a memória mais subjetiva se constitui a partir dos quadros sociais (Halbwachs, 2023) marcados pelos grupos em que as pessoas estão inseridas, Carolina, ao compartilhar suas memórias pessoais e suas vivências, reorganiza esses quadros, registrando na memória coletiva e social, experiências que comumente foram segregadas da história oficial dominante. Registros feitos por ela, para ela e para um coletivo que se sente representado por ela. Portanto, para muitos, como era de se esperar, sua escrita causou incômodos.

O trabalho e a fome nas linhas e entrelinhas de Carolina

O relato memorialístico de Carolina, em Quarto de Despejo, traz uma relação de sua escrita com várias questões sociais, entre elas, o trabalho e a fome. Como apontam os resultados do núcleo Subsistência (Trabalho e Fome – Tabelas 3 e 4), desde muito cedo, o trabalho ocupava um lugar de necessidade para Carolina, no que diz respeito à sua subsistência e de sua família. Suas opções de escolhas eram restritas, não indo muito além das alternativas de trabalhar na lavoura, na cozinha, nas casas de família e, após a maternidade, nas ruas catando materiais recicláveis. No que concerne à trajetória sócio-histórica da mulher, um longo caminho foi percorrido na busca pelo direito ao trabalho e à emancipação feminina. Por outro lado, essa busca não representava a realidade de todas as mulheres de forma homogênea. As mulheres pertencentes às camadas populares, por exemplo, como era o caso de Carolina, estavam preocupadas em garantir sua sobrevivência e de sua família, e grande parte delas já trabalhava como empregadas domésticas, além de exercer esse trabalho em suas próprias casas. Para Perrot (2019),

O trabalho doméstico é fundamental na vida das sociedades, ao proporcionar seu funcionamento e reprodução, e na vida das mulheres. É um peso nos seus ombros, pois é responsabilidade delas. É um peso também na sua identidade: a dona de casa perfeita é o modelo sonhado da boa educação, e torna-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres. O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona de casa (pp. 114-115).

O trabalho em casa de família era um contexto que fazia (faz) parte da realidade de muitas mulheres negras, de camadas populares e que, mesmo assim, não foi possível para Carolina após a maternidade. Em prol de manter a subsistência de sua família, abdicaria, por longas horas, do cuidado de seus filhos para cuidar da casa e dos filhos de outras mulheres. Porém, segundo relato de sua filha, “quando ela engravidou, então, foi a gota d’água para não ser mais aceita para trabalhar. As famílias gostavam dela, mas preferiam contratar uma mulher sozinha, sem filhos” (Lima, 2015, p. 79). O que se percebe nesse pensamento é uma violência simbólica, estrutural, que deixa impregnado nas entrelinhas que a mulher mãe, negra, doméstica, pobre, moradora de favela, não pode ter uma continuidade, não pode ter família. Ou se tem emprego ou se tem filhos.

Carolina pertencia à camada popular e suas prioridades se faziam outras. Difícil era o seu desafio de articular desejo e necessidade. Desejava ter reconhecimento enquanto escritora, mas as urgências de sua vida cotidiana adiavam a conquista de seu desejo. Não somente suas urgências, mas, como já mencionado aqui, o fato de não possuir as credenciais exigidas no meio literário. Desde cedo, em função das necessidades de subsistência, o estudo, forçosamente, cedeu lugar ao trabalho, que sempre foi sua prioridade ou, melhor dizendo, sua necessidade. O dinheiro que Carolina recebia de seu trabalho, na maioria das vezes, era in-

suficiente para garantir sua sobrevivência e de sua família. Como aponta Farias (2018), “triste também era quando trabalhava e vendia a coleta do dia de forma subavaliada, pois os depósitos estavam cheios de espertalhões, ainda mais quando se tratava de mulher” (p. 158), situação que demonstra de forma desnuda as opressões de gênero. Assim, a falta de dinheiro fazia com que ficasse ainda mais pungente sua dor ao ver seus filhos sofrendo necessidades do básico para sobreviver. Desse modo, “Carolina Maria de Jesus instaura no texto nacional a experiência histórica do sujeito marginalizado na modernidade, dando a ver a condição profunda da colonialidade brasileira ao mostrar a desigualdade (racial, de gênero e de classe)” (Miranda, 2020, p. 247). Desigualdade que passa a ficar, publicamente, sob os holofotes de Quarto de Despejo. A escrita de Carolina, em 1960, revela nos dias atuais, como a memória coletiva (Halbwachs, 2006), pode reconstruir vivências que foram silenciadas na história, o que sustenta a ideia de que a memória está em constante reconstrução.

Carolina e sua família lidaram com a fome bem de perto. O alto custo dos alimentos marcava o discurso de Carolina, que sonhava, um dia, sair da pobreza. Para Santos (2009), “pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social” (p. 108). Demo (2005) coaduna com a ideia de Santos (2009), ao afirmar que “fome, mais que falta de alimentos, é um problema político em seu âmago, porque significa o confronto desigual entre muitos que não conseguem alimentar-se e poucos que se apropriam de quase tudo” (p. 96). A fome é uma questão que deve ser tratada em uma dimensão de políticas públicas e não como um problema individual a ser resolvido dentro dos núcleos familiares. Assim, se é a partir dos quadros sociais (Halbwachs, 2023) que lembramos, Carolina nos convida a lembrar que a fome é uma questão histórica, social e política.

Carolina, em suas reflexões, fazia algumas correlações entre pobreza e política. Para ela, amarelo era a cor da fome. Além do amarelo de Carolina, a fome poderia ter outra cor? Além disso, a tontura da fome ainda continua sendo uma realidade no contexto brasileiro nos dias atuais? Segundo dados da Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional – Vigisan, de junho de 2022, 33 milhões de pessoas atravessaram situação de fome. Ainda segundo a pesquisa, a fome no Brasil tem cor e gênero: 19,3% dos lares chefiados por mulheres apresentam insegurança alimentar grave; em 18,1% dos lares, a(o) responsável é uma pessoa negra em situação de fome e 91% dos lares apresentam pessoas recebendo até ¼ do salário mínimo por pessoa⁴.

O alto custo dos alimentos proferidos por Carolina ainda continua nos dias atuais. Noticiários, no Brasil, no ano de 2022, apontavam que a fome levou pessoas a disputarem ossos dispensados em caminhões de lixo por supermercados. Carolina

⁴ Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/sustentarea/2022/06/14/qual-e-a-cara-da-fome-no-brasil-de-2022/>

revelava algo parecido em 1960. Para atenuar a fome, catava ossos que eram dispensados em lixos de frigoríficos. Percebe-se com isso que a pobreza ainda continua sendo uma questão a ser tratada pelo país e que, assim como na década de 1960, a fome ainda continua tendo uma estreita relação com classe, raça e gênero.

No ano de 2021, foi veiculada em jornais impressos e emissoras de televisão a notícia de que o Brasil voltou ao mapa da fome. Após tanto tempo em que o combate à fome foi tratado no país como prioridade, passa a ser uma mazela social que volta a estar em evidência. De acordo com a jornalista Thais Carrança, em matéria publicada pela BBC News Brasil,

A volta do Brasil ao mapa da fome, o aumento da inflação e a expansão da pobreza são marcas tristes de um ano em que Carolina Maria de Jesus recebeu o título honoris causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que seu best-seller *Quarto de Despejo* ganhou edição especial comemorativa pela Editora Ática⁵.

Carolina relatou contexto de fome em 1960 e, datados sessenta e dois anos⁶ após, mesmo com tantas evoluções a se considerar, muitos brasileiros voltaram ao Quarto de Despejo. Logo, a memória de Carolina, construída socialmente, para além de permanecer, se atualiza no presente denunciando a lembrança da fome como algo estrutural da desigualdade no Brasil.

As violências e suas facetas

Também é possível identificar, no relato memorialístico de Carolina, as violências e suas mais diversas facetas vivenciadas por ela na favela, como apontam os resultados do núcleo Violências (Violências – Tabela 5). As brigas entre vizinhos, que iniciavam com uma discussão, estendiam-se para a violência física, na maioria das vezes. Como observado na Análise de Conteúdo, situações muito recorrentes eram as brigas de casais, que terminavam em violência contra a mulher. Carolina, “sempre que era despertada à noite com gritos de socorro feminino, sabia que era alguma mulher sendo espancada pelo marido, amante ou companheiro” (Farias, 2018, p. 170). Sempre que presenciava situações assim, posicionava-se acerca do casamento, dizendo que, nessas horas, tinha a certeza de que se sentia bem não estando casada. “Bater na mulher e nos filhos era considerado um meio normal, para o chefe de família, de ser o senhor de sua casa (...) situação que se acentuou pela incidência do alcoolismo na segunda metade do Século XIX” (Perrot, 2019, p. 77). Cruel, portanto, torna-se o fato de a realidade precisar se tornar estatística para que leis de amparo e proteção à mulher comecem a existir. Foi assim com a

⁵ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57033047>

⁶ Sessenta e dois anos (de 1960 a 2022), referência ao ano de 2022, em que se percebeu o aumento da fome após mudanças ocorridas no cenário político brasileiro.

Lei Maria da Penha⁷, que, segundo o Art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, afirma que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (Brasil, 2006, p. 12).

Assim, por meio dessa Lei, alicerçou-se a esperança pelo fim da violência. Contudo, o que se percebe por meio das mídias e outros veículos de comunicação é que, em muitos casos, quando a Lei é violada, a mulher reage buscando a justiça, que, por sua vez, nem sempre a responde em tempo hábil, culminando, em muitos casos, na morte da denunciante. Como se percebe, essas práticas de agressividade e violência contra a mulher, ocorridas em Quarto de Despejo, não deixaram de existir. Dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos - ONDH apontam que, no primeiro semestre de 2022, houve um registro de 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência doméstica contra as mulheres⁸. De acordo com os dados sobre Estatísticas de Gênero, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do ano de 2018,

Por um lado, a violência letal é um fenômeno que atinge predominantemente os homens, para quem a taxa de homicídios foi 52,3 a cada 100 mil habitantes em 2018, contra 4,2 para mulheres. Por outro, entre as mulheres, a proporção de homicídios (sic) cometidos no domicílio tem maior vulto. Entre as mulheres, as pretas ou pardas tinham maiores taxas de homicídio (sic) que as mulheres brancas, tanto no domicílio, quanto fora dele. No domicílio, a taxa para as mulheres pretas ou pardas era 34,8% maior que para as mulheres brancas, fora do domicílio era 121,7% maior (IBGE, 2021, p. 11).

Em Quarto de Despejo, a violência contra a mulher, em grande parte das vezes, acontecia nos domicílios chamando a atenção da vizinhança, sobretudo de Carolina, que intervinha acionando a polícia, que comparecia ao local, conversava e se retirava sem nada resultar para o agressor. Obviamente, naquela época, a mulher não contava com leis de amparo e proteção. Mas, no cenário atual, mesmo com leis protetivas, a violência não deixou de existir. Pelo contrário, aumenta a cada dia, mesmo os agressores tendo consciência de que seus atos resultarão em consequências. Logo, fica mais que evidente que a violência contra a mulher

⁷ Maria da Penha Maia Fernandes, uma farmacêutica-bioquímica, cearense, brasileira, foi vítima de violência doméstica. Em 1983, seu então marido, pai de suas três filhas, tentou matá-la duas vezes: primeiro, simulando um assalto ao lar do casal, atirando nas costas de Maria da Penha, enquanto esta dormia e, posteriormente, tentando eletrocutá-la durante o banho (Affonso & Pandjarian, 2012, p. 220).

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodoeleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-deviolencia-domestica-ou-familiar>

precisa ser discutida em uma dimensão política e coletiva e não de modo individual, silenciado, dentro dos domicílios.

Em Quarto de Despejo, há várias passagens relatando a violência presente entre os moradores da favela. No entanto, é oportuno mencionar, também aparece a violência institucionalizada, praticada pelo próprio estado. Trata-se da repressão policial, da desapropriação, da higienização. Carolina trouxe em seu diário um relato que descreve a imagem da favela por um tenente de polícia: “Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país” (Jesus, 2014, p. 89). Relatos como esse ressoam preconceituosos e estigmatizantes. Novamente, trata-se de uma realidade que também parte de uma construção social, de um juízo de valor, possível de constatar em anos anteriores à década de 1960, conforme aponta a biblioteca do IBGE, no Censo das Favelas, em 1949:

Relativamente à cor prevalecem os pardos, 49.811 ou 35,88%, seguidos dos pretos com 48.695 ou 35,07% e dos brancos com 40.213 ou 28,96%. Os amarelos aparecem com uma percentagem muito diminuta, [...] não é de surpreender o fato de os pretos e pardos prevalecerem nas favelas. Hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição, e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos, os maiores contingentes para as baixas camadas da população, [...] a educação formal, porém, é apenas uma das forças sociais que valorizam o indivíduo. A família, a religião, os costumes, as instituições oficiais e particulares com todas as suas modalidades e ramificações, estão sempre empenhadas em estimular melhores padrões de conduta para as gerações futuras (IBGE, 1949, pp. 8- 12).

Demo (2005) e Santos (2009) têm razão ao afirmarem que a pobreza é um problema social e político. O que se percebe no trecho citado acima é um deslocamento desse problema (que deveria ser dialogado nas instâncias políticas) para um ideal preconceituoso, racista e separatista. Se nas favelas predominam as pessoas pretas e pardas é porque projetos de educação, trabalho e saúde não foram prioridades para essas pessoas quando deveriam ter sido. Assim, torna-se mais confortável para alguns considerarem as mazelas sociais como sendo decorrentes da origem individual do negro e do pobre, a ter que se haver com a responsabilidade individual e coletiva nesse processo de discriminação e exclusão. Além disso, como a educação durante muito tempo não foi considerada prioritária para uma determinada classe de pessoas brasileiras, os valores da religião, costumes e instituições oficiais se tornam majoritários, instituídos e legitimados politicamente, como se pode perceber na citação acima, além de retificadores dos comportamentos vistos como desviantes e promotores dos comportamentos tidos como ideais e aceitáveis.

Ademais, além das mazelas e da má sorte sobre o fato de estarem na favela, como se tratasse de uma condição individual dos moradores, há ainda outro estigma acerca dessa questão. Trata-se do fato de serem considerados classes perigosas, conforme aponta Cecília Coimbra (2001): “as estratégias de ordenação dos

espaços urbanos têm se caracterizado, portanto, pela segregação, exclusão e isolamento das classes subalternizadas, corroborando a crença de que com elas estão as doenças, os perigos, as ameaças, a violência” (p. 100). Com isso, as pessoas são tratadas de modo desigual, ficando para segundo plano (quando ficam).

Se o quarto é uma realidade paralela à sala de visitas, passa a não ser quando o assunto é campanha eleitoral. Como Carolina bem observou, os políticos precisavam da favela nesse momento, mas quando conseguiam o que queriam, não voltavam. Inclusive, o que se percebe é uma política higienista na cidade, observável no relato da filha de Carolina ao relembrar de conversas que tinha com sua mãe:

Ele mandou recolher da rua toda pessoa que não tivesse casa para morar por causa de um convidado importante que estava para visitar a cidade. Era um desses diplomatas americanos que o Adhemar queria causar uma boa impressão. O que ele fez? Mandou limpar tudo, ajeitar as praças, varrer, lavar, tapar buracos e acabou fazendo a polícia recolher a mendigada também. Um por um, os policiais pegavam os pobres na rua e iam despejar nos terrenos vazios, como o Canindé (Lima, 2015, pp. 79-80).

Vale lembrar que esse projeto de higienização era dirigido não somente aos moradores em situação de rua, moradores de favela, mas também às prostitutas. A autora Rachel Soihet, ao estudar sobre mulheres pobres e violência no Brasil urbano, no século XIX, afirmou que:

O que fica claro é o empenho das autoridades em impedir a presença dos populares em certos locais, no esforço de afrancesar a cidade para o desfrute das camadas mais elevadas da população e para dar mostra de civilização aos capitais e homens estrangeiros que pretendiam atrair. No caso das mulheres, acrescentavam-se os preconceitos relativos ao seu comportamento; sua condição de classe e de gênero acentuava a incidência da violência (Soihet, 2022, p. 366, grifo do autor).

Assim, a leitura que se faz é que as minorias sociais, sendo maioria no que diz respeito à quantidade, são tratadas como invisíveis durante toda a história e só passam a ser enxergadas por algumas autoridades nos momentos em que há maior conveniência.

Carolina, em seu diário, também relatava os insultos que sofria, bem como desrespeitos entre seus vizinhos. Eram xingamentos, injúrias, a maioria deles com contextos raciais quando ligados a ela, além das ofensas contendo termos pejorativos proferidos pelos maridos nas brigas com suas esposas e outros insultos entre os vizinhos. Trata-se de um tipo de arma verbal que desfere o ódio contra aquele que não lhe é igual. Um tipo de violência.

Em *Quarto de Despejo*, é possível identificar vários tipos de agressões verbais sofridas por Carolina: negra fedida, negra ordinária, negra suja, vagabunda, maloqueira, nojenta, lixeira, para citar alguns exemplos, além de falas do tipo: é

uma pena você ser preta, nunca vi uma preta gostar de livros como você. Insultos que são relacionados à capacidade laboral, moral, estética e outras, mas que são, sobretudo, sedimentados na intolerância, na misoginia e no racismo. Nesse sentido, a palavra negra é usada de modo pejorativo, com o intuito de ofender. Segundo Grada Kilomba (2008),

Quando a palavra negra é proferida, a pessoa que o faz não se refere somente à cor da pele negra, mas também à cadeia de termos associados à palavra em si: primitividade – animalidade – ignorância – preguiça – sujeira – caos, etc. Essa cadeia de equivalência define o racismo. Nós nos tornamos a corporificação de cada um desses termos, não porque eles estão inscritos fisicamente na superfície de nossas peles e não porque eles são reais, mas por causa do racismo, que, como mencionei anteriormente, é discursivo e não biológico; funciona através do discurso, através de uma cadeia de palavras e imagens que se tornam associativamente equivalentes, mantendo identidades em seu lugar (pp. 156-157).

Nessa direção, manter as identidades em seu lugar tem a ver com os mecanismos de poder e opressão, em que para a pessoa manter seu status hegemônico rebaixa o outro àquele que acha ser seu lugar. Geralmente, são pessoas que utilizam de sua hegemonia (gênero, classe e raça) para oprimir aqueles que não lhes são iguais. Novamente, é possível resgatar, em *Quarto de Despejo*, memórias de situações como essas, que não cessaram, pelo contrário, fazem-se mais que atuais. É claro que, atualmente, há muito mais pesquisas e discussões acerca da violência de gênero, violência racial e outras. Entretanto, faz-se necessário prosseguir, pois as estatísticas brasileiras demonstram que violências raciais, assim como injúrias envolvendo raça, cor e etnia, são mais que presentes atualmente. Violências que se estendem aos mais variados locais, como mercado de trabalho, espaços públicos, residências e outros, em que o sistema de opressão ainda prevalece. Logo, a violência contra a mulher perpassa a memória social como vestígio de um passado (e de um presente) constituído por silenciamentos, o que revela que a memória também é um terreno de disputas, de poder e de conflitos (Pollak, 1989), definindo o que deve ser lembrado, esquecido e apagado. A narrativa de Carolina, portanto, revela que a memória não é neutra, que lembrar é um ato político e de resistência, necessário para que a história não se reproduza.

Considerações finais

O relato memorialístico de Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, revela um real cenário brasileiro que ultrapassa a narrativa de sua história pessoal para encontrar com tantas outras histórias. Carolina exprime sua dor, seus anseios, seus medos, aquilo que lhe é “singularmente pessoal” (Lowentall, 1998), lembranças que carregam sentimentos pessoais, mas que também fazem parte de uma relação de construção coletiva e social (Halbwachs, 2023; Sá, 2015).

A partir dos resultados e da discussão proposta, consideramos que a escrita de mulheres, desde a conquista desse espaço, foi um marco de memória e (re)existência. Em *Quarto de Despejo*, percebemos narrativas de Carolina que demonstram as opressões sofridas por ela e outras tantas mulheres. A escrita de Carolina, oriunda de seus diários “datados no tempo” (Lejeune, 2008), são registros memoriaísticos que revelam esse encontro atemporal. Seus registros demonstram que as mulheres sempre tiveram voz, porém, não eram ouvidas. Nessa direção, fica expresso o poder da escrita como forma de registrar na memória social, as vivências que foram silenciadas e até mesmo apagadas da história.

A memória escrita de Carolina, em *Quarto de Despejo*, revela um cenário que, conforme apontado na Análise de Conteúdo desta pesquisa, demarca um contexto social, político e econômico, que aponta para as desigualdades de gênero e a discriminação contra a mulher, o preconceito racial, a divisão de classe, a fome, a violência perpetrada na favela, o abuso infantil, a realidade política e educacional, a (in)segurança pública e a negligência do estado, sobretudo quando diz respeito às minorias sociais. Questões sociais de extrema relevância e que jamais poderiam ficar nos porões do esquecimento. Todavia, como apontado por Lowentall (1998), “o esquecimento é o destino de muitos acontecimentos de enorme importância na época em que aconteceram” (p. 97). Carolina, na “aventura de contar-se” (Rago, 2013), partilha lembranças que contribuem para o registro de uma Memória Social, trazendo nas linhas e entrelinhas, memórias de um tempo passado (escravagista, patriarcal e socialmente desigual) que não deve ser esquecido e que se conectam no tempo presente, apontando para o compromisso social de reestruturá-lo e não o repeti-lo.

Carolina abriu espaço para que outras Carolinas pudessem enveredar corajosamente pelo caminho da escrita e ocupar seus espaços. Com sua realidade e ousadia, foi vista, lida e ouvida, às vésperas de uma ditadura militar. A escrita de Carolina, em *Quarto de Despejo*, assim como em seus outros livros, é uma escrita viva, que promove o registro de uma memória que, hoje, torna-se social. Memórias da saga de uma mulher negra e pobre no caminho de ser escritora, que corrobora, nos dias atuais, para a construção de identidade de um coletivo de mulheres, escritoras ou não, marcadas pela luta de classe e pelas questões raciais e que, portanto, se sentem representadas por ela.

Referências

- Affonso, B; Pandjarian, V. Atuação de entidades. (2012). In Fernandes, M. P. M. (Org.). *Sobrevivi: posso contar* (2a ed.). Armazém da Cultura.
- Anzaldúa, G. (2000). Falando e línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, 1(8), 229-236. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bergamini, A. (2020). Dar forma ao impublicável: Carolina Maria de Jesus e sua arte. *Estudos literários brasileiros contemporâneos*, 59, 1-13. <http://dx.doi.org/10.1590/2316-4018595>
- Brasil. (2006). Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), art. 2º: Disposições preliminares. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm
- Carrijo, F. R.; Santos, J. B. C. (2012). Nas fissuras dos cadernos encardidos: o bordado testemunhal de Carolina Maria de Jesus. *Linguagem em (Dis)curso*, 12(2), 415-438. <https://www.scielo.br/j/ld/a/SHY9bcPpPSLYbzDT8zJwckM/?format=pdf&lang=pt>
- Coimbra, C. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Intertexto.
- Coronel, L. P. (2014). A censura ao direito de sonhar em Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, 44, 271-288. <https://doi.org/10.1590/2316-40184412>
- Cunha, M. T. S. (1999). *Armadilhas da sedução: os romances de M. Dely*. Autêntica.
- Demo, P. (2005). *Dureza: pobreza política de mulheres pobres*. Autores Associados.
- Duras, M. (2021). *Escrever*. Relicário.
- Farias, T. (2018). *Carolina: uma biografia*. Malê.
- Godinho, M. T. (2015). "Depoimento de Marta Terezinha Godinho". In Meihy, J. C. S. B.; Levine, R. M. (Orgs.). *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Editora Bertolucci.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. Centauro.
- Halbwachs, M. (2023). *Os quadros sociais da memória*. Antônio Fontoura.
- Hansen, M. (2020). Pão, fama e outras fomes: uma leitura de Carolina Maria de Jesus e Clarice Lispector. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 77, 19-36. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p19-36>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2021). *Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil* (2a ed., Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, 38).

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (1949). Censo das favelas: Aspectos gerais. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81075.pdf>

Jesus, C. M. (2014). *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (10a ed.). Ática.

Jesus, J. C. (2015). "Depoimento de José Carlos de Jesus. In Meihy, J. C. S. B; Levine, R. M. (Orgs.) *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Editora Bertolucci.

Kilomba, G. (2008). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.

Lajolo, M. (2020). A leitora no quarto dos fundos. In Jesus, C. M. (Org). *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (ed. comemorativa). Ática.

Lejeune, P. (2008). *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Editora UFMG.

Lima, V. E. J. (2015). "Depoimento de Vera Eunice de Jesus Lima". In Meihy, J. C. S. B; Levine, R. M. (Orgs). *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Editora Bertolucci.

Lowentall, D. (1998). Como conhecemos o passado. *Proj. História*, 17, 63-201. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154>

Magnabosco, M. M. (2016). As fronteiras da palavra em Carolina Maria de Jesus. In. Arruda et al. (Orgs). *Memorialismo e resistência: estudos sobre Carolina Maria de Jesus*. Paco Editorial.

Meihy, J. C. S. B. (1996). O inventário de uma certa poetisa. In J. C. S. B. Meihy (Org.). *Antologia pessoal*. Editora UFRJ.

Miranda, F. (2020). Dição e devir em Carolina Maria de Jesus. In. Jesus, C. M. (Org.). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Ática.

Montero, R. (2004). *A louca da casa*. Agir.

Perrot, M. (1989). Práticas da memória feminina. *Revista Traverses*, 18 (9), 09-18.

Perrot, M. (2019). *Minha história das mulheres* (2a ed.). Contexto.

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3). <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>.

Rago, L. M. (2013). *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Editora da Unicamp.

- Rosa, C. S; Silva, G. F. (2020). Carolina Maria de Jesus e o pensamento liminar na literatura brasileira. *Revista estudos feministas*, 28(2). 1-12. 10.1590/1806-9584-2020v28n260635
- Sá, C. P., & Castro, R. V. (2002). Memória, esquecimento e representações sociais. In Anais do IX Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP. Rio de Janeiro.
- Sá, C. P. (2015). *Estudos de Psicologia Social: história, comportamento, representações, memórias*. EdUERJ.
- Santos, M. (2009). *Pobreza urbana*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Silva, E. C. (2016). A representação da mulher em Carolina Maria de Jesus: entre o estereótipo e a escrita de si. In Arruda et al. (Orgs.) *Memorialismo e resistência: estudos sobre Carolina Maria de Jesus*. Paco Editorial.
- Soihet, R. (2022). Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In Del Priore, M & Pinsky, C. B. (Orgs). *História das mulheres no Brasil* (10a ed.). Contexto.
- Tedeschi, L. A. (2016). Os desafios da escrita feminina na história de mulheres. *Raído*, 21 (10), 153-164.
- Telles, N. (2022). Escritoras, escritas, escrituras. In Del Priore, M & Pinsky, C. B. (Orgs). *História das mulheres no Brasil* (10a ed.). Contexto
- Tirloni, L. P; Marinho, M. (2014). Carolina Maria de Jesus e a autorrepresentação literária da exclusão social na América Latina: olhares reversos aos de Eduardo Galeano e Octávio Paz. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, 44, 249-270. <http://dx.doi.org/10.1590/2316-4018441>
- Woolf, V. (2014). *Um teto todo seu*. Círculo do Livro.

Nota sobre os(as) autores(as)

Elisangela Gonzaga Boggione é Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: elisangela.boggione@gmail.com

Adriano Roberto Afonso do Nascimento é Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo e professor no departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: nascimentopsi72@gmail.com

Data de submissão: 30.05.2024

Data de aceite: 29.07.2025